



RELATÓRIO ANÁLITICO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE TECNORAFIA IND E COM DE EMBALAGENS LTDA E WK IND E COM DE EMBALAGENS LTDA
AUTOS N. 0001986-37.2025.8.16.0019



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJDMA PNCYU 9FWMF 2XVDA



ÍNDICE



APRESENTAÇÃO

03



SÍNTESE DO PLANO

04



PROPOSTA DE PAGAMENTO

06



GESTÃO DE ATIVOS

09



ANÁLISE TÉCNICA

10



QUADRO RESUMO

18



CONCLUSÃO

19



APRESENTAÇÃO

Trata-se de pedido de Recuperação Judicial ajuizado por Tecnorafia Indústria e Comércio de Embalagens LTDA e WK Indústria e Comércio de Embalagens LTDA, com fundamento no art. 47 e art. 48 da Lei 11.101/2005, distribuído em 23/01/2025.

As Recuperandas apresentaram seu Plano de Recuperação Judicial no mov. 149, que será levado ao crivo da Assembleia Geral de Credores, a ser designado pelo Douto Juízo, em momento posterior.

O presente relatório integra as obrigações da administração judicial, conforme alínea h, inciso II do art. 22 da Lei 11.101/2005, que determina a realização de relatório sobre o Plano de Recuperação Judicial. Assim, o presente laudo análise a qualidade das informações prestadas e a conformidade com a legislação aplicável e está estruturado em duas etapas.

Na primeira etapa, realiza-se a exposição do conteúdo do plano de recuperação judicial, iniciando-se pela síntese geral do documento, seguida da descrição das condições de pagamento propostas pela devedora, indicando a forma de tratamento conferida a cada classe. Também é analisada gestão de ativos apresentados pelas empresas.

A segunda etapa do laudo dedica-se ao exame da conformidade do plano com a Lei nº 11.101/2005 e demais normas e entendimento jurisprudenciais e doutrinários aplicáveis, avaliando sua aderência formal e material às exigências legais.

Com base nessa análise, é elaborado um quadro-síntese, no qual se registram os pontos de adequação e eventuais inconsistências. Por fim, a administração judicial apresenta sua conclusão, visando fornecer ao juízo e aos credores elementos técnicos balizadores para a apreciação da legalidade e da viabilidade do plano em análise.





SÍNTESE DO PLANO

O art. 50 da Lei 11.101/2005 define os meios admitidos para a recuperação judicial. Diante da variedade prevista em lei, é comum que as recuperandas adotem um conjunto de medidas, a fim de ampliar as chances de êxito no processo. O plano em análise contempla diferentes mecanismos, que serão descritos a seguir.

REESTRUTURAÇÃO DO PASSIVO

O meio central do plano é a reestruturação do passivo, com concessão de prazos, carências e condições de pagamento diferenciadas conforme as classes de credores estabelecidas no quadro geral de credores. Trata-se do principal instrumento de recuperação proposto.

No caso dos credores trabalhistas, prevê-se carência de seis meses, contados da habilitação do crédito, com quitação em doze parcelas mensais. A atualização incidirá pelo índice IPCA-E, preservando o caráter alimentar da verba.

Quanto aos credores com garantia real, está prevista carência de doze meses, a contar da homologação do plano, e pagamento parcelado em sessenta meses. A medida busca preservar a continuidade da atividade sem inviabilizar o cumprimento das obrigações.

Já para os credores quirografários, o plano prevê carência de vinte e quatro meses, aplicação de deságio de cinquenta por cento e pagamento em quarenta e oito parcelas mensais. A atualização ocorrerá pela Tabela Prática do TJPR, acrescida de juros de 1% ao mês, a partir do vencimento do pedido de recuperação.

Os credores microempresas e empresas de pequeno porte receberão tratamento idêntico ao dos quirografários: carência de vinte e quatro meses, deságio de cinquenta por cento e pagamento em quarenta e oito parcelas, corrigidas pela Tabela Prática do TJPR acrescida de 1% a.m.





SÍNTESE DO PLANO

ALIENAÇÃO DE ATIVOS

O plano prevê autorização genérica para alienação de ativos, conferindo às recuperandas autonomia para administrar seus bens e oferecer garantias. A cláusula estabelece que a alienação não deve comprometer a atividade essencial da empresa.

Entretanto, a redação não individualiza quais bens poderão ser objeto de alienação ou oneração. Essa generalidade contrasta com o disposto no art. 66 da Lei 11.101/2005, que exige autorização judicial para a alienação de ativos não circulantes, salvo se houver especificação no plano aprovada pelos credores.

DEMAIS DISPOSIÇÕES DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

O plano traz medidas voltadas à modernização da gestão empresarial, incluindo a implementação de indicadores de desempenho (OKRs e KPIs). O objetivo é conferir maior transparência ao processo de execução, possibilitando acompanhamento pelos credores e pela administração judicial.

Também está prevista a adoção de práticas de gestão ambiental, com a meta de obtenção da certificação ISO 14001 em médio prazo. Essa medida aproxima as recuperandas das exigências de grandes players do mercado, especialmente no agronegócio, ampliando oportunidades de inserção competitiva.

Além disso, o plano projeta crescimento gradual da produção, partindo de 60 toneladas/mês em 2025 e alcançando 94 toneladas/mês em 2034. As projeções são conservadoras e condizentes com a evolução esperada da demanda agrícola, setor ao qual se vinculam diretamente as atividades da empresa.





PROPOSTA DE PAGAMENTO

CLASSE	CARÊNCIA	PARCELAS	CORREÇÃO MONETÁRIA E TAXA DE JUROS	DESÁGIO	CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
Trabalhistas	6 meses	Em 12 meses	Os créditos trabalhistas será o atualizados pelo IPCÁ-E, conforme decidido pelo STF no RE 1.269.353.	-	Em até 12 parcelas mensais e sucessivas contadas da intimação da decisão que homologar o PRJ.
Garantia Real	12 meses	Em 60 meses	Os créditos foram corrigidos nos termos avençados entre as partes.	-	Em até 60 parcelas mensais e sucessivas contadas da intimação da decisão que homologar o PRJ.
Quirografários	24 meses	Em 48 meses	Atualização do crédito pelo índice da Tabela Prática do TJPR e acrescido de juros de 1% a.m. do vencimento ao pedido de recuperação o judicial.	50%	Em até 48 parcelas mensais e sucessivas contadas da intimação da decisão que homologar o PRJ.
Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	24 meses	Em 48 meses	Atualização do crédito pelo índice da Tabela Prática do TJPR e acrescido de juros de 1% a.m. do vencimento ao pedido de recuperação judicial.	50%	Em até 48 parcelas mensais e sucessivas contadas da intimação da decisão que homologar o PRJ.





PROPOSTA DE PAGAMENTO

FORMAS DE PAGAMENTO

Os valores devidos nos termos deste Plano, devem ser pagos por meio da transferência direta de recursos à conta bancária do respectivo Credor, por meio de documento de ordem de crédito (DOC) ou de Transferência Eletrônica Disponível (TED), ou por outra forma previamente acordada com a Recuperanda.

Os credores devem informar a TECNORÁFIA e/ou WK EMBALAGENS, suas respectivas contas bancárias para a realização dos pagamentos, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a homologação o Judicial do Plano.

Os pagamentos que não forem realizados devido à ausência de informação de contas bancárias, não serão considerados como descumprimento do Plano, cabendo ainda estabelecer que não haverá incidência de juros ou encargos moratórios para esses casos.

Os credores que não informarem seus dados bancários no prazo de 6 (seis) meses a partir da homologação do Plano ou do trânsito em julgado da habilitação/impugnação do crédito, o montante referente às parcelas mensais previstas no Plano, serão depositados em contas judiciais, para posterior levantamento de alvará.

Os pagamentos serão realizados a cada 30 (trinta) dias, a contar do pagamento da primeira parcela estabelecida nas condições das respectivas classes.

Na hipótese de o dia de vencimento não ser considerado um dia útil, o referido pagamento ou obrigação deverá ser realizado no dia útil seguinte.





GESTÃO DE ATIVOS

O Plano de Recuperação Judicial estabelece que a gestão dos ativos patrimoniais permanecerá sob a responsabilidade das Recuperandas, em conformidade com o disposto no artigo 66 da Lei nº 11.101/2005.

No que se refere à alienação de ativos, o documento prevê:

"(...) Dessa forma, fica autorizada, mediante aprovação deste Plano, a alienação de bens móveis, desde que tal operação não implique na redução das atividades essenciais da empresa. Adicionalmente, essa autorização estende-se à alienação de bens móveis que seja acompanhada de reposição por outros de igual ou superior valor, modernidade ou eficiência, de modo a preservar a capacidade operacional e produtiva das empresas. Por fim, fica permitida a disponibilização de bens patrimoniais como garantia, observando-se, quanto à valoração desses bens, as premissas de mercado vigentes. (...)“

Como se extrai do Plano, as Recuperandas estariam autorizadas a proceder à alienação de bens móveis, desde que mantidas as atividades consideradas essenciais. O documento também contempla a utilização de bens patrimoniais como garantia, condicionada à observância das práticas de valoração de mercado.

Nessa esteira, o Plano também disciplina a destinação dos recursos obtidos por meio das operações de alienação ou oneração, prevendo que tais valores deverão ser direcionados ao caixa das Recuperandas. A finalidade expressa na proposta apresentada pela empresas Recuperandas é a de contribuir para a execução das obrigações previstas, bem como para o fortalecimento de suas atividades empresariais.





ANÁLISE TÉCNICA

O conteúdo mínimo do Plano de Recuperação Judicial é o previsto no art. 53 da Lei n.º 11.101/2005, em seus três incisos. A Administração Judicial analisou a seguir se os documentos exigidos foram apresentados, conforme segue:

Art. 53. O plano de recuperação será apresentado pelo devedor em juízo no prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias da publicação da decisão que deferir o processamento da recuperação judicial, sob pena de convalidação em falência, e deverá conter:

- I – discriminação pormenorizada dos meios de recuperação a ser empregados, conforme o art. 50 desta Lei, e seu resumo;
- II – demonstração de sua viabilidade econômica;
- III – laudo econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos do devedor, subscrito por profissional legalmente habilitado ou empresa especializada.

O Plano de Recuperação Judicial apresentado, na análise da Administradora Judicial, está em conformidade com o previsto no supra mencionado art. 53 da Lei 11.101/2005, contemplando a discriminação detalhada dos meios de recuperação a serem empregados pelo devedor, conforme apresentado no Plano de Recuperação Judicial constante na movimentação 149.2.

A viabilidade econômica das medidas propostas está exposta por meio do Laudo de Viabilidade anexado ao processo como Anexo I (movimentação 149.3). Complementarmente, foram apresentados o laudo econômico-financeiro e o laudo de avaliação dos bens e ativos do devedor, elaborados por profissionais legalmente habilitados ou por empresa especializada, conforme registrado nas movimentações 149.4 e 149.5, correspondendo ao Laudo de Viabilidade (Anexo I) e ao Laudo de Ativos Patrimoniais (Anexo II).





ANÁLISE TÉCNICA

Na elaboração da Projeção do Fluxo de Caixa em um horizonte temporal de 10 (dez) anos, as premissas financeiras, operacionais e de tendências de mercado, encontram-se em conformidade com o estabelecido no Plano de Recuperação Judicial. Abaixo o extraído do Plano:

(*) Valores expressos em R\$ 0,00		-1524660,38									
Descrição	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10	
(+) ENTRADAS	19.440.000	22.044.960	23.588.107	25.239.275	27.006.024	27.816.205	28.650.691	29.510.212	30.395.518	31.915.294	
Faturamento Anual	19.440.000	22.044.960	23.588.107	25.239.275	27.006.024	27.816.205	28.650.691	29.510.212	30.395.518	31.915.294	
(-) SAIDAS	- 18.936.306	- 20.783.647	- 21.862.113	- 22.997.253	- 24.192.092	- 25.353.572	- 26.571.682	- 27.849.211	- 29.189.084	- 30.648.538	
Tributos	- 1.732.104	- 1.964.206	- 2.101.700	- 2.248.819	- 2.406.237	- 2.478.424	- 2.552.777	- 2.629.360	- 2.708.241	- 2.843.653	
Custo com Matéria Prima	- 13.801.500	- 15.246.604	- 16.008.934	- 16.809.381	- 17.649.850	- 18.532.342	- 19.458.959	- 20.431.907	- 21.453.503	- 22.526.178	
Custos Pessoal	- 1.596.370	- 1.676.189	- 1.759.998	- 1.847.998	- 1.940.398	- 2.037.418	- 2.139.289	- 2.246.253	- 2.358.566	- 2.476.494	
Despesas Jurídicas	- 60.000	- 63.000	- 66.150	- 69.458	- 72.930	- 76.577	- 80.406	- 84.426	- 88.647	- 93.080	
Despesas Aluguel	- 750.000	- 787.500	- 826.875	- 868.219	- 911.630	- 957.211	- 1.005.072	- 1.055.325	- 1.108.092	- 1.163.496	
Despesas Administrativas	- 680.832	- 714.874	- 750.617	- 788.148	- 827.556	- 868.933	- 912.380	- 957.999	- 1.005.899	- 1.056.194	
Despesas Financeiras	- 315.500	- 331.275	- 347.839	- 365.231	- 383.492	- 402.667	- 422.800	- 443.940	- 466.137	- 489.444	
= DISPONIBILIDADE OPERACIONAL	503.694	1.261.313	1.725.994	2.242.022	2.813.932	2.462.633	2.079.009	1.661.001	1.206.434	1.266.756	
%	3%	6%	7%	9%	10%	9%	7%	6%	4%	4%	
Outras Despesas Não Operacional	- 325.701	- 682.479	- 833.158	- 763.558	- 763.558	- 702.374	- 179.776	-	-	-	
Pagamentos Relacionados a RJ	- 69.600	- 69.600	- 69.600	-	-	-	-	-	-	-	
Créditos Sujeitos - Classe IV	-	-	- 150.679	- 150.679	- 150.679	- 150.679	-	-	-	-	
Parcelamentos Impostos	- 256.101	- 240.961	- 240.961	- 240.961	- 240.961	- 179.776	- 179.776	-	-	-	
Créditos Não Sujeitos - Financeiro	-	- 371.918	- 371.918	- 371.918	- 371.918	- 371.918	-	-	-	-	
SALDO FINAL DE CAIXA	177.993	578.834	892.836	1.478.464	2.050.374	1.760.259	1.899.233	1.661.001	1.206.434	1.266.756	





ANÁLISE TÉCNICA

ENTRADAS DE CAIXA (RECEITA BRUTA)

O faturamento bruto evolui de R\$ 19,4 milhões no Ano 1 para R\$ 31,9 milhões no Ano 10, refletindo crescimento contínuo sustentado por recuperação de mercado e expansão das atividades, conferindo confiabilidade ao modelo de projeção.

SAÍDAS DE CAIXA OPERACIONAIS

As saídas acompanham o crescimento do faturamento, passando de R\$ 18,9 milhões para R\$ 30,6 milhões, com destaque para matéria-prima (65% a 70% da receita) e tributos (9% a 10%). Despesas administrativas, financeiras e jurídicas permanecem controladas, mantendo disponibilidade operacional positiva e permitindo geração de excedentes para pagamento de dívidas e reinvestimentos.

OUTRAS DESPESAS NÃO OPERACIONAIS

Concentram-se entre os Anos 1 e 7, abrangendo pagamentos de Recuperação Judicial, parcelamentos tributários e quitação de créditos, variando entre R\$ 370 mil e R\$ 700 mil anuais. A partir do Ano 8 não há mais obrigações, sendo integralmente absorvidas sem comprometer a liquidez da operação.

SALDO FINAL DE CAIXA

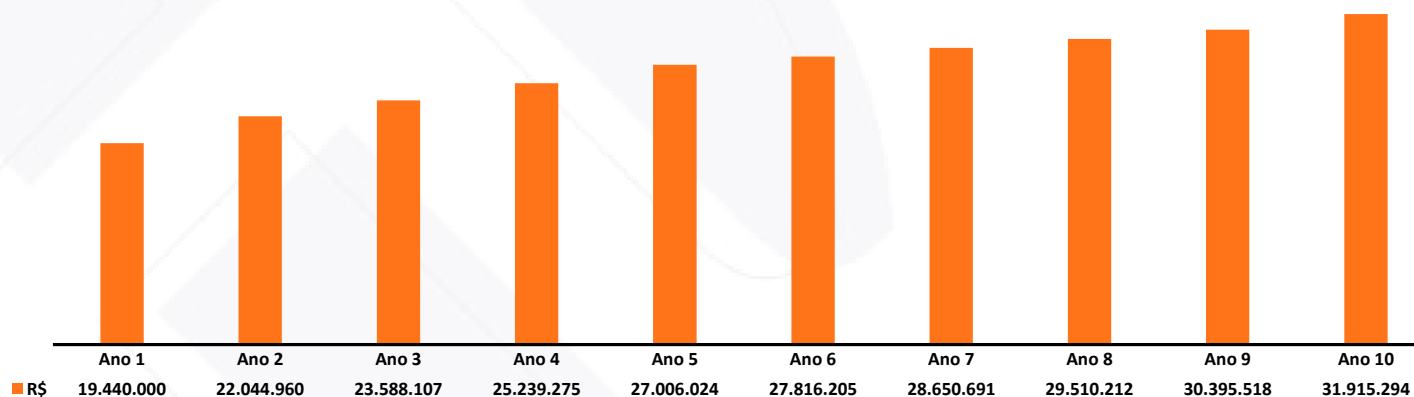
O saldo final mantém-se positivo ao longo de todo o período, iniciando em R\$ 177 mil e atingindo R\$ 1,26 milhão no Ano 10. O crescimento contínuo demonstra capacidade de geração de liquidez, disciplina financeira e preservação da saúde financeira da empresa.





ANÁLISE TÉCNICA

PROJEÇÃO DAS RECEITAS ANUAIS



Para a composição de projeções foram considerados, a expectativa de receita em 2025 fornecida pelas Recuperandas, e o incremento de produção médio de 6% (seis por cento) no período compreendido entre o 2º e o 6º ano e médio de 4% (quatro por cento) até o 10º ano.

A princípio, projeta-se que a capacidade produtiva em 2034 atinja 78% (setenta e oito por cento) da capacidade nominal instalada, o que demonstra uma eficiência operacional compatível com os padrões de produção industrial.





ANÁLISE TÉCNICA

As Recuperandas, de forma vinculada ao Fluxo de Caixa Projeção do Resultado, obtiveram os seguintes resultados no horizonte de 10 anos:

Descrição (*) Valores em R\$ 0,00	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10
Faturamento Bruto	19.440.000	22.044.960	23.588.107	25.239.275	27.006.024	27.816.205	28.650.691	29.510.212	30.395.518	31.915.294
(-) Deduções s/ Receita	- 1.732.104	- 1.964.206	- 2.101.700	- 2.248.819	- 2.406.237	- 2.478.424	- 2.552.777	- 2.629.360	- 2.708.241	- 2.843.653
(=) Receita Líquida	17.707.896	20.080.754	21.486.407	22.990.455	24.599.787	25.337.781	26.097.914	26.880.852	27.687.277	29.071.641
Receita Líquida (%)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
(-) Custo dos Serviços Prestados	- 15.397.870	- 16.922.792	- 17.768.932	- 18.657.379	- 19.590.247	- 20.569.760	- 21.598.248	- 22.678.160	- 23.812.068	- 25.002.672
Custo com Matéria Prima	- 13.801.500	- 15.246.604	- 16.008.934	- 16.809.381	- 17.649.850	- 18.532.342	- 19.458.959	- 20.431.907	- 21.453.503	- 22.526.178
Custo Pessoal	- 1.596.370	- 1.676.189	- 1.759.998	- 1.847.998	- 1.940.398	- 2.037.418	- 2.139.289	- 2.246.253	- 2.358.566	- 2.476.494
CMV (%)	79%	77%	75%	74%	73%	74%	75%	77%	78%	78%
(=) Margem Bruta	2.310.026	3.157.962	3.717.475	4.333.077	5.009.540	4.768.021	4.499.666	4.202.691	3.875.209	4.068.969
Margem de Contribuição (%)	12%	14%	16%	17%	19%	17%	16%	14%	13%	13%
(-) Despesas	- 1.806.332	- 1.896.649	- 1.991.481	- 2.091.055	- 2.195.608	- 2.305.388	- 2.420.658	- 2.541.691	- 2.668.775	- 2.802.214
Administrativas	- 1.490.832	- 1.565.374	- 1.643.642	- 1.725.824	- 1.812.116	- 1.902.721	- 1.997.857	- 2.097.750	- 2.202.638	- 2.312.770
Despesas financeiras	- 315.500	- 331.275	- 347.839	- 365.231	- 383.492	- 402.667	- 422.800	- 443.940	- 466.137	- 489.444
(=) Resultado Operacional	503.694	1.261.313	1.725.994	2.242.022	2.813.932	2.462.633	2.079.009	1.661.001	1.206.434	1.266.756
Resultado Operacional (%)	3%	6%	8%	10%	11%	10%	8%	6%	4%	4%
(=) Resultado Antes dos Impostos	503.694	1.261.313	1.725.994	2.242.022	2.813.932	2.462.633	2.079.009	1.661.001	1.206.434	1.266.756
(-) IRPJ	- 101.923	- 291.328	- 407.498	- 536.505	- 679.483	- 591.658	- 495.752	- 391.250	- 277.608	- 292.689
(-) CSLL	- 45.332	- 113.518	- 155.339	- 201.782	- 253.254	- 221.637	- 187.111	- 149.490	- 108.579	- 114.008
(=) Lucro/Prejuízo Contábil	356.438	856.467	1.163.156	1.503.734	1.881.195	1.649.338	1.396.146	1.120.261	820.246	860.059
Lucro Líquido (%)	2%	4%	5%	7%	8%	7%	5%	4%	3%	3%
EBITDA	819.194	1.592.588	2.073.833	2.607.252	3.197.424	2.865.300	2.501.809	2.104.941	1.672.571	1.756.200
EBITDA (%)	5%	8%	10%	11%	13%	11%	10%	8%	6%	6%





ANÁLISE TÉCNICA

RECEITA OPERACIONAL E MARGEM BRUTA

A empresa projeta crescimento contínuo do faturamento bruto ao longo de dez anos, iniciando em R\$ 19,4 milhões e alcançando R\$ 31,9 milhões no décimo ano. A margem bruta melhora gradativamente de 12% para 19% no quinto ano, refletindo ganhos operacionais, e se estabiliza em torno de 13% nos anos finais, mantendo rentabilidade adequada para o setor.

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

O Custo dos Serviços Prestados representa em média 75% da receita líquida, com pequenas variações. Despesas administrativas e financeiras acompanham o crescimento da receita sem comprometer a lucratividade, demonstrando gestão eficiente e controle de custos.

LUCRATIVIDADE E EBITDA

O lucro líquido evolui de R\$ 356 mil para um pico de R\$ 1,88 milhão no quinto ano, estabilizando-se entre R\$ 800 mil e R\$ 860 mil nos anos finais. O EBITDA segue essa trajetória, com margens entre 5% e 13%, mantendo-se acima de 6% até o décimo ano, evidenciando sustentabilidade operacional mesmo após pagamentos e investimentos.

FLUXO DE CAIXA LIVRE E SALDOS ACUMULADOS

O lucro líquido é integralmente convertido em caixa operacional, exigindo atenção para variações futuras no capital de giro. A empresa cumpre pagamentos relevantes relacionados à Recuperação Judicial, incluindo parcelamentos, obrigações extraconcursais e encargos. Apesar disso, o fluxo de caixa livre permanece positivo e o saldo acumulado atinge R\$ 5,57 milhões ao final do período, demonstrando liquidez e solvência.





ANÁLISE TÉCNICA

A viabilidade econômico-financeira é uma análise que espelha em projeção, se as Recuperandas são financeiramente sustentáveis e lucrativas ao longo do tempo. No caso específico, pode-se observar geração de liquidez ao longo dos 10 (dez) anos considerados na análise em questão. Conforme se extrai do Plano de Recuperação Judicial:

Descrição Em R\$,00	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10
Saldo Inicial	-	30.737	73.988	179.998	540.176	917.637	1.018.882	916.370	820.261	520.246
Lucro Líquido	- 356.438	- 856.467	- 1.163.156	- 1.503.734	- 1.881.195	- 1.649.338	- 1.396.146	- 1.120.261	- 820.246	- 860.059
(=) Geração de Caixa Operacional	356.438	856.467	1.163.156	1.503.734	1.881.195	1.649.338	1.396.146	1.120.261	820.246	860.059
(-) Despesas de Capital	-	- 100.000	- 150.000	- 200.000	- 200.000	- 300.000	- 300.000	- 300.000	- 300.000	- 300.000
(-) Pagamentos Relacionados a RJ	- 69.600	- 69.600	- 220.279	- 150.679	- 150.679	- 150.679	-	-	-	-
(-) Pagamentos Extraconcursal	-	- 371.918	- 371.918	- 371.918	- 371.918	-	-	-	-	-
(-) Parcelamentos Federais	- 179.776	- 179.776	- 179.776	- 179.776	- 179.776	- 179.776	- 179.776	-	-	-
(-) Parcelamentos Estaduais	- 51.955	- 51.955	- 51.955	- 51.955	- 51.955	-	-	-	-	-
(-) FGTS	- 9.230	- 9.230	- 9.230	- 9.230	- 9.230	-	-	-	-	-
(-) Parcelamentos Municipais	- 15.140	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(=) Fluxo de Caixa Livre	30.737	73.988	179.998	540.176	917.637	1.018.882	916.370	820.261	520.246	560.059
Saldo de Caixa Acumulado	30.737	104.725	284.723	824.899	1.742.536	2.761.418	3.677.788	4.498.048	5.018.295	5.578.353





ANÁLISE TÉCNICA

ANÁLISE DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA, PROJEÇÃO DE FLUXO DE CAIXA (10 ANOS)

A projeção de fluxo de caixa apresentada contempla um horizonte de 10 anos, detalhando as estimativas de lucro líquido, geração de caixa operacional, investimentos (Capex), obrigações decorrentes do plano de recuperação judicial (parcelamentos diversos) e o saldo de caixa acumulado ao longo do período.

As empresas projetam uma trajetória de crescimento relevante em seus resultados operacionais, partindo de um lucro líquido de R\$ 356 mil no primeiro ano e alcançando R\$ 1,88 milhão no quinto ano. Embora haja uma leve retração nos resultados após o sexto ano, a geração de caixa operacional se mantém positiva durante todo o período, sinalizando estabilidade financeira mesmo após a quitação das obrigações do plano de recuperação.

Durante os seis primeiros anos, observa-se o cumprimento sistemático das obrigações relacionadas à Recuperação Judicial, incluindo pagamentos extraconcursais e parcelamentos federais, estaduais, municipais e FGTS. As despesas de capital (Capex) estão previstas de forma progressiva nos anos intermediários, com valores entre R\$ 150 mil e R\$ 300 mil, indicando investimentos direcionados à manutenção ou expansão da atividade operacional. A análise do fluxo de caixa livre evidencia uma sólida capacidade de geração de recursos próprios. O valor acumulado de caixa ao final do período atinge R\$ 5,57 milhões, sem comprometer o cumprimento de obrigações ou a realização de investimentos.

Verifica-se, assim, que foram apresentados elementos que indicam viabilidade econômico-financeira para cumprir o plano, com geração de caixa suficiente. Além disso, o fluxo de caixa livre e o saldo acumulado sugerem estabilidade operacional ao longo do período.





ANÁLISE TÉCNICA

Não obstante, o entendimento consolidado é de que a análise de legalidade do PRJ deve ser feita sem adentrar ao mérito de viabilidade econômica, conforme se verifica no julgado abaixo do Eg. Superior Tribunal de Justiça:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO, NA ORIGEM. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PLANO DE RECUPERAÇÃO. CONTROLE DE LEGALIDADE PELO JUIZ. POSSIBILIDADE. SUPRESSÃO DE GARANTIAS. DECISÃO DA ASSEMBLEIA-GERAL. ALCANCE LIMITADO AOS CREDORES CONCORDANTES. AGRAVO INTERNO PROVIDO PARA, EM NOVO JULGAMENTO, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. 1. O magistrado deve exercer o controle de legalidade do plano de recuperação - no que se insere o repúdio à fraude e ao abuso de direito-, mas não o controle de sua viabilidade econômica. Nesse sentido, Enunciados n. 44 e 46 da I Jornada de Direito Comercial CJF/STJ? (Resp 1.359.311/SP, Rel . Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe de 30/09/2014). 2. A supressão de garantias, reais e fidejussórias, previstas em plano de recuperação judicial aprovado em assembleia-geral de credores, vincula apenas aqueles credores que assentiram expressamente com a medida, não se estendendo, portanto, aos credores discordantes, omissos, ou ausentes à deliberação. Precedente. 3. Agravo interno provido para, em novo julgamento, negar provimento ao recurso especial. (STJ; AgInt no Resp n. 1855432 SP 2019/0374455-4, Julgado em 11/04/2022; QUARTA TURMA)

Também o enunciado 46 da I Jornada de Direito Comercial da CJF, aplica o entendimento de que o judiciário não poderá deixar de conceder a Recuperação Judicial com fundamento na análise econômico-financeira do Plano de Recuperação Judicial: *“Não compete ao juiz deixar de conceder a recuperação judicial ou de homologar a extrajudicial com fundamento na análise econômico-financeira do plano de recuperação aprovado pelos credores.”*





ANÁLISE TÉCNICA

ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Como relatado acima, o Plano de Recuperação Judicial apresentado possui previsão de que as Recuperandas poderão alienar bens móveis pertencentes a elas, desde que tal operação não resulte na diminuição das atividades essenciais da empresa.

Muito embora a alienação de ativos constitua um dos meios disponíveis às empresas em Recuperação Judicial para apoiar o processo de reestruturação, é necessário que seja demonstrada a contribuição da medida ao propósito de soerguimento da empresa, além da indicação de quais bens poderão eventualmente ser objeto de alienação.

Isso decorre da inteligência do art. 66 da Lei 11.101/2005, que determina que a alienação ou oneração de bens dependerá de autorização judicial, excetuando os que foram previamente autorizados no plano de recuperação judicial votado e homologado.

A propósito do tema, esse é entendimento jurisprudencial, conforme se verifica do julgado no Eg. Tribunal de Justiça de São Paulo abaixo:

RECUPERAÇÃO JUDICIAL – ENGEBSA MECÂNICA E USINAGEM LTDA. - DECISÃO HOMOLOGATÓRIA DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL - CONDIÇÕES NEGOCIAIS - ASPECTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS – (...) ALIENAÇÃO DE ATIVOS – Possibilidade de a empresa em recuperação judicial alienar bens como meio de recuperação (art. 50, XI, LRE). Autonomia patrimonial e negocial preservada – Todavia, a alienação de ativos das devedoras, se não previamente relacionados no plano, depende de autorização do Juízo, ouvidos o administrador judicial e o comitê de credores, se existente. Inteligência dos arts. 60, 66, 142 e 28 da Lei nº 11.101/2005 - RECURSO PROVIDO NESTE TÓPICO. (...) (TJSP; Agravo de Instrumento n. 22648935020218260000; Relator Des. Sérgio Shimura, Julgado em 09/03/2023, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial)





ANÁLISE TÉCNICA

QUITAÇÃO AMPLA

O Plano de Recuperação Judicial apresentado prevê cláusula de quitação ampla, abrangendo as dívidas da Recuperanda e de seus coobrigados. Entretanto, a Lei nº 11.101/2005 dispõe de forma expressa, em seu art. 49, §1º, que as obrigações dos coobrigados, fiadores e obrigados de regresso não são afetadas pela novação decorrente da aprovação do plano, mantendo-se íntegros os direitos e privilégios dos credores em face desses terceiros.

Não obstante, o Plano de Recuperação Judicial tem natureza contratual e pode conter disposições mais amplas, desde que compatíveis com a legalidade. Assim, admite-se que o devedor proponha extensão da novação aos coobrigados, hipótese em que seus efeitos não se operam de forma automática, mas somente em relação aos credores que concordarem expressamente com tal estipulação. Importante mencionar que a possibilidade de extensão da novação aos coobrigados, mediante adesão voluntária dos credores, encontra respaldo na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, conforme no julgado a seguir:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. GARANTIDORES. PLANO DE RECUPERAÇÃO. NOVAÇÃO. EXTENSÃO. COOBIGADOS. IMPOSSIBILIDADE. GARANTIAS. SUPRESSÃO OU SUBSTITUIÇÃO. CONSENTIMENTO. CREDOR TITULAR. NECESSIDADE. INEXISTÊNCIA DE CONFLITO. (...) A cláusula que estende aos coobrigados a novação, oriunda da aprovação do plano de recuperação judicial da devedora principal, não é eficaz em relação aos credores ausentes da assembleia geral, aos que abstiveram-se de votar ou se posicionaram contra tal disposição, restando intactas, para esses, as garantias de seu crédito e seu direito de execução fora do âmbito da recuperação judicial. (...) (STJ; AgInt nos EDcl no CC 172379 PE 2020/0117005-0; Relator Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA; Julgado em 05/03/2024; SEGUNDA SEÇÃO)





QUADRO RESUMO

SÍNTESE DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

O Plano foi apresentado em 08/07/2025 ao mov. 149, cumprindo os requisitos do art. 53 da Lei 11.101/2005. Objetiva a reestruturação econômico-financeira das empresas, assegurando a continuidade de suas atividades, preservação de empregos e retomada da capacidade produtiva.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O passivo sujeito à recuperação soma R\$ 3.065.025,64, distribuído entre Classe II (R\$ 1.859.590,86) e Classe IV (R\$ 1.205.434,78). Prevê-se o pagamento da Classe II sem aplicação de deságios, com carência de 12 meses, em sessenta parcelas. Já a Classe IV sofrerá a aplicação de deságio de 50%, com carência de 24 meses, com o pagamento em quarenta e oito parcelas.

ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Autorizada a alienação de bens móveis não essenciais, desde que não comprometa a atividade principal. Possível substituição por ativos de igual ou maior valor/eficiência. Também admitida a utilização de bens como garantia, respeitada a avaliação de mercado. Recursos obtidos deverão reforçar o caixa operacional.

CONFORMIDADE DAS CLÁUSULAS À LEI 11.101/2005

Após análise do PRJ apresentado, foram identificados por esta Administradora Judicial as seguintes cláusulas conflitantes com a Lei 11.101/2005: "5. ANÁLISE E SITUAÇÃO PATRIMONIAL - parte final"; "12. QUITAÇÃO".



CONCLUSÃO

O presente parecer se dedica à análise do Plano de Recuperação Judicial apresentado no mov. 149 sob a perspectiva legal, de sua conformidade com a Lei 11.101/2005. A avaliação de mérito econômico-financeiro e condições de pagamento propostas, compete exclusivamente aos credores.

Não obstante, com base nas projeções e na análise do fluxo de caixa, a empresa apresentou elementos que indicam viabilidade econômico-financeira. Além disso, os indicadores revelam condições concretas de superação da crise e manutenção da atividade produtiva.

Do ponto de vista técnico, o fluxo de caixa projetado para o horizonte de dez anos demonstra operação superavitária em todos os exercícios. O faturamento bruto evolui de R\$ 19,4 milhões no primeiro ano para R\$ 31,9 milhões no décimo.

Embora se verifique retração gradual das margens após o quinto ano, as projeções mantêm a rentabilidade em patamar adequado, com EBITDA superior a 6% até o final do período, assegurando capacidade de geração de recursos para honrar compromissos financeiros.

O laudo econômico-financeiro apresentado parte de premissas compatíveis com o contexto macroeconômico e setorial, em especial quanto à expansão do agronegócio, segmento ao qual as Recuperandas estão diretamente vinculadas. As projeções de produção partem de 60 toneladas/mês em 2025, alcançando 94 toneladas/mês em 2034, em linha com expectativas conservadoras de crescimento.

Trata-se, portanto, de cenário de referência adequado, que não se apoia em estimativas excessivamente otimistas, mas em dados realistas diante da conjuntura de mercado.



CONCLUSÃO

Quanto à alienação de ativos, verifica-se que o PRJ autoriza a utilização desse mecanismo como meio de reestruturação. Porém, na ausência de especificação no Plano de quais os bens que se pretende alienar, a venda deverá observar o previsto no art. 66 da Lei nº 11.101/2005, notadamente no que se refere à necessidade de autorização judicial.

Em relação à cláusula de quitação ampla, a aplicação dessa medida deve observar os limites fixados pela legislação, em especial o §1º do art. 49 da LRF, que resguarda os direitos dos credores contra coobrigados e fiadores. No entanto jurisprudência tem reconhecido que tais disposições podem ser admitidas desde que a aplicação seja por meio concordância expressa dos credores diretamente afetados.

Portanto, a administração judicial identificou que as cláusula "5. ANÁLISE E SITUAÇÃO PATRIMONIAL - parte final"; "12. QUITAÇÃO" do Plano de Recuperação Judicial são conflitantes com a Lei 11.101/2005.

Por fim, destaca-se que o Plano de Recuperação Judicial apresentado pelas Recuperandas revela um esforço consistente na adoção de medidas típicas de reestruturação, alinhadas ao art. 50 da Lei nº 11.101/2005, ao mesmo tempo em que busca introduzir medidas de aprimoramento da gestão e apresentam as projeções de longo prazo.

Sendo o que cumpria para o momento, a Administradora Judicial permanece à disposição para os esclarecimentos que forem necessários.

Curitiba, 25 de Agosto de 2025.

FATTO ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL





fattoonline.com.br | 41. 2106-9610
R. Alberto Folloni, 543 • 1º andar • Juvevê • Curitiba/PR



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJDMA PNCYU 9FWMF 2XVDA